

Desenvolvimento, Ambiente e Agricultura Capitalista: Uma Reflexão Crítica e Necessária

Antônio Augusto Rossotto Ioris

School of Geography and Planning - Cardiff University - Cardiff, País de Gales.
e-mail: lorisA@cardiff.ac.uk

“Tienes razón, pero te equivocas.”
Ditado popular peruano

A produção agroalimentar e o desenvolvimento agrário constituem algumas das áreas mais desafiadoras da formulação de políticas públicas, conservação socioecológica e justiça socioambiental na atualidade (Ioris e Fernandes, 2022). Não foi por acaso que muitos autores têm associado a crise financeira de 2008 à crescente crise agroalimentar global. As principais deficiências do sistema alimentar hegemônico, claramente dominado pelo agronegócio e pelo setor financeiro, tornam cada vez mais evidentes, incluindo inadequações tecnológicas, incertezas sobre o abastecimento, assimetrias de poder e desigualdades entre grupos de produtores e diferentes segmentos da sociedade. Pode-se dizer, sem exagero, que os problemas agroalimentares refletem o mal-estar da economia globalizada (considerando formas de alienação política, econômica e cultural). Nas palavras do influente estudioso indo-americano Raj Patel, o sistema alimentar é um campo de batalha, embora poucos percebam quantas baixas ocorrem. Apesar da relevância crescente dessas questões, o resultado mais visível é uma espécie de impasse: os problemas agroalimentares são reconhecidos, continuam no topo da agenda socioeconômica e ambiental, mas é difícil ver de onde viriam respostas e mudanças significativas. A maioria das abordagens ainda reflete as influências de um paradigma produtivista (e fortemente carbonizado), que é basicamente uma tentativa de produzir de forma ilimitada e de standardizar o que se pode encontrar nas prateleiras dos supermercados. Produção, distribuição e consumo têm sido tratados de forma burocrática e abstrata, desconectada das demandas sociais e ecológicas. No entanto, ao contrário da ideologia de um sistema ‘sem lugar’, os processos agroalimentares se desenrolam em diferentes escalas com profundo significado histórico e geográfico, pois envolvem múltiplas transformações que interligam disputas e colaborações entre grupos sociais em diferentes localidades, países e regiões.

Se pensarmos nas gôndolas dos supermercados e na publicidade comercial, as dimensões nutricional e cultural da agricultura se mostram grandemente negligenciadas, já que as ações agroalimentares são cada vez mais dominadas por produtos industrializados,

dietas padronizadas e transações intercontinentais definidas por critérios puramente mercadológicos. Uma proporção significativa dos alimentos consumidos hoje, particularmente no Sul Global, vem de fontes obscuras e muitas vezes não confiáveis, que são mais influenciadas pelas pressões do mercado e pelas expectativas dos acionistas do que pelos requisitos de saúde, demandas dos agricultores ou preocupações nutricionais e ambientais. A agricultura, à semelhança de muitas outras atividades do mundo contemporâneo, foi sendo substancialmente transformada pela aplicação de tecnologias de intensificação, pela globalização e financeirização da produção e do consumo. Conforme denunciado por Vandana Shiva (2016), enfrentamos uma crise profunda e crescente enraizada na forma como produzimos, processamos e distribuimos nossos alimentos, levando ecossistemas à beira da destruição. Por essa razão, quase um bilhão de pessoas sofrem de fome e desnutrição, dois bilhões sofrem de doenças como obesidade e diabetes e incontáveis outros sofrem de doenças, inclusive câncer, causadas pelos venenos de nossa alimentação. A imagem de uma agricultura intensa, globalizada e lucrativa é comumente capturada na linguagem dos mercados de ações, comércio de *commodities* e alimentos ultraprocessados.

A incômoda transformação do alimento em dinheiro e química, ao invés de vida, nutrição e relações sociais, está diretamente associada à agricultura hipermoderna e à inserção nas escalas cruzadas da agricultura capitalista na linha da chamada 'longa Revolução Verde' (expressão de Patel, 2013). Essa trajetória consolidou a atual dualidade do agronegócio corporativo e da agricultura de subsistência no país, situação que se reflete na duplicidade de políticas públicas adotadas pelos governos nacionais (tipicamente dando ênfase a exportações do agronegócio). Nas fronteiras da expansão do agronegócio mundial, como no caso da Amazônia desde a década de 1960, a expansão da produção agroindustrial de soja, eucalipto e pastagens implicou em um processo combinado de transformação socioespacial e regulação socioecológica necessária para trazer a natureza e a sociedade para o âmbito da globalização definida a partir do mercado (Loris, 2018). A conversão da natureza e da sociedade na esfera da exploração e da acumulação de capital baseou-se na ruptura das relações socionaturais prévias e na configuração gradual de uma nova ordem espacial. Porém, como já consolidado nos centros político-econômicos, o mercado não é simplesmente o espaço de troca de mercadorias, serviços e dinheiro, mas a tradução integral de tudo para um mundo em que tudo tem preço e pode ser negociado por quem são aparentemente iguais, mas de fato altamente assimétricas (especialmente em termos de mercado de trabalho). Ao invés de organizar as tarefas produtivas para suprir as necessidades alimentares e as demandas nutricionais, a divisão do trabalho acaba por espelhar a equalização das prioridades do mercado e, ao mesmo tempo, seguir o equilíbrio estruturalmente desigual do poder político-econômico.

Dessa forma, a resposta mais comum à crescente insegurança alimentar e à variabilidade do mercado é a imposição de uma intensificação produtivista. Basicamente, diz o argumento, se faltar comida, a resposta é produzir mais e tornar os alimentos mais facilmente disponíveis no tempo e no espaço (enquanto questões de distribuição e desigualdades socioespaciais são muito menos importantes). O produtivismo revela uma forte influência do positivismo ocidental e sua busca pela ‘verdade’ superior e universal para toda a humanidade. A narrativa é que, devido ao crescimento populacional constante e aos ganhos de produtividade menos significativos, há uma ameaça crescente à capacidade de países e regiões inteiras de se alimentarem, mas com o aumento dos preços dos produtos básicos de alimentação, a alternativa é produzir mais e de forma mecânica. Esta é, evidentemente, a principal racionalidade adotada pelas forças imperialistas, pelos governos nacionais e pelo setor empresarial. Transforma diretamente a insegurança alimentar – sem questionar legados, injustiças e responsabilidades do passado – em fonte de ganho político (na forma de promessas feitas por políticos conservadores), de legitimação de estratégias governamentais (como resposta a demandas sociais) e de lucro (investimentos em propriedades e mercados nacionais e globais). Uma faceta importante da resposta produtivista à insegurança alimentar é a reivindicação de que a atenção deve estar voltada para a tecnologia, maquinário para incorporar novas áreas e fazer uso de mais insumos para garantir maiores rendimentos (especialmente em termos de produção calórica, mas com baixo valor nutricional). Dessa forma, as dimensões culturais e ecológicas da agricultura são desconsideradas. A agronomia é, na prática, equiparada e reduzida à bioquímica, engenharia e administração de empresas, assim como a alimentação é reduzida a uma longa mesa de nutrientes e não a um elemento importante das relações familiares e comunitárias. Essas desculpas abrem caminho para consertos tecnológicos que, no final, representam uma forma de neo-malthusianismo ‘pela porta dos fundos.’

A modernização excludente e agressivas do setor agroalimentar podem ser descritas como um abandono de alimentação como nutrição e da agricultura como integração social, o que se efetua através de uma situação em que as operações agroalimentares são realizadas principalmente para circular e acumular capital (Ioris, 2017). Em outras palavras, o papel da agricultura como fonte de nutrição e vitalidade socioecológica está sendo cada vez mais suplantado pelos imperativos do dinheiro e do lucro, o que está acontecendo no contexto mais amplo de uma sociedade globalizada baseada na mercantilização. Esta é nossa principal observação: apesar de muitos outros problemas biofísicos, culturais e circunstanciais, a desconexão entre alimentação e nutrição, juntamente com o nexos entre alimentação e ganho de dinheiro, são as causas da crise agroalimentar generalizada. A redução ideológica e prática dos alimentos à mercantilização, à exploração e ao lucro representa também um obstáculo decisivo à resolução dos

problemas nutricionais e ambientais. Em termos sintéticos, isso constituiu uma mudança gradual, principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial, da agricultura-como-alimentos para a agricultura-como-agronegócio. A origem do termo agronegócio é historicamente atribuída a Davis e Goldberg (1957), que definiram o agronegócio (com base em referências anteriores feitas por outros autores à agroindústria e à agricultura comercial) como operações múltiplas envolvendo a fabricação e distribuição de insumos agrícolas e o armazenamento, processamento e distribuição de commodities agrícolas. O agronegócio passou a ser, desde então, associado a um grande complexo agroindustrial sob formas concentradas de propriedade e gestão empresarial. Em alguns países, como o Brasil, o agronegócio abrange cada vez mais a produção agrícola comercial de grande e pequena escala, bem como a agroindústria e serviços associados.

Considerando-se por uma perspectiva crítica, o agronegócio parece ser mais do que um regime de agricultura comercial praticada em fazendas de alta tecnologia, mas constitui uma abordagem particular para a gestão das propriedades rurais, a mobilização de recursos e o financiamento e comercialização da produção. A definição vaga e imprecisa do agronegócio, que é excepcionalmente amplo e contém muitas atividades direta ou indiretamente associadas à agricultura, ajuda a reforçar a sensação de que o setor desempenha um papel cada vez mais importante na maioria das economias nacionais e nas trocas comerciais globais. Relacionados à dificuldade de definir com precisão categorias como agronegócio, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável estão outros conceitos altamente controversos e que encapsulam um leque de pontos de vista, interesses e experiências. O progresso em direção a níveis mais elevados de justiça agrícola e melhor governança socioambiental são diretamente afetados pela natureza controversa do conceito de desenvolvimento sustentável. O agronegócio é convencionalmente associado à agricultura intensiva em capital e à ampla integração da produção agrícola e das cadeias alimentares. Esses processos são frequentemente descritos como evidências claras de eficiência tecnológica, sucesso econômico e benefícios para o consumidor decorrentes da produção em larga escala, sistemas logísticos estendidos e transações comerciais internacionais. Contudo, nesse contexto, a conotação ambivalente do agronegócio não é acidental, mas delimitações imprecisas o tornam conveniente para ser usado por políticos e grupos econômicos para justificar um determinado curso de ação. Por exemplo, o poderoso setor agroalimentar dos Estados Unidos afirma estar, pelo menos retoricamente, engajado com a agenda da sustentabilidade, mas a prática demonstra que esse compromisso é superficial e visa 'tornar mais verde' suas estratégias de negócios estabelecidas.

O contraste entre o agronegócio e a agricultura familiar tradicional pode ser apreendido ao se ficar perto de uma cerca que divide uma reserva indígena das fazendas particulares vizinhas, um exercício relativamente fácil de realizar em muitas partes do

continente americano, de norte a sul. De um lado, pastagens artificiais e campos com cultivos homogêneos, muitas vezes transgênicos, cultivados em solos preparados com o uso de maquinário pesado, combustíveis fósseis e altas doses de agroquímicos (fertilizantes, herbicidas, pesticidas, etc.). Do outro lado da cerca, um ecossistema muito mais complexo com arbustos, gramíneas e árvores (a composição atual depende da pressão externa e dos usos anteriores da terra) e uma diversidade de animais e microrganismos que têm várias ordens de magnitude maior. A paisagem produzida pelas comunidades indígenas também contém saberes, experiências e práticas contrastantes, valorizados por pessoas com características e línguas distintas, embora 'no valor de face' sua condição socioeconômica seja rotineiramente comparável à situação de camponeses pobres e sem-teto urbanos (Ioris, 2021). As fazendas do agronegócio contemporâneo são espaços onde circula grande quantidade de capital (às custas de empréstimos bancários e insumos estrangeiros), mas muito pouco é deixado para trás, afora os impactos socioecológicos. A maioria das operações técnicas foi desenvolvida e testada em centros de pesquisa agrônoma localizados a milhares de quilômetros de distância por cientistas que nunca ouviram falar no nome da região onde estão localizadas as fazendas do agronegócio. O agronegócio se baseia fundamentalmente no estranhamento e conseqüente indiferença pelas diferenças injustas criadas no curso do desenvolvimento agrário. Como observado por Manuel e Posluns (2019: 188), “não é necessário viajar até o Ártico para ver o sistema colonial tradicional operando com a assistência total da tecnologia moderna”.

Do exposto acima, pode-se concluir que a insegurança alimentar é um problema complexo e politicamente sensível que continua a infligir muito sofrimento e a minar as reivindicações de democracia e justiça. Se hoje existe uma grande crise agroalimentar, ela tem sido constantemente manipulada e apresentada como uma crise apolítica, supostamente superada com a incorporação de mais áreas produtivas e tecnologias mais intensivas em insumos. De qualquer forma, como aponta Harvey (2014), as crises não fazem mudanças, mas exigem reação e luta. A segurança alimentar faz parte da busca por uma segurança humana mais ampla, o que necessariamente inclui diferentes, mais inclusivos e igualitários, base da produção econômica, relações de propriedade, interação entre humanos e não humanos, gestão democrática de bens e questões coletivas, e assim por diante. A condição de risco dos sistemas agroalimentares atuais é certamente uma questão grave, mas não é um problema isolado ou exclusivo. Pelo contrário, a questão alimentar deve, então, ser situada historicamente com relação a fases particulares de acumulação de capital na economia mundial e seu impacto desigual sobre as economias periféricas (Watts, 2013). Por exemplo, a ênfase das políticas nacionais nas culturas de rendimento para exportação exacerba as tensões socioeconômicas, perturba as relações de posse da terra e agrava a insegurança alimentar. A resposta efetiva e justa a esses desafios

exige uma compreensão adequada da totalidade das relações político-econômicas e da dialética interna entre os múltiplos componentes de uma condição socioeconômica profundamente desigual e insustentável. Existem sinergias cruciais, por exemplo, entre a fome e a pobreza, que criam verdadeiros espaços de vulnerabilidade determinados por fatores políticos, econômicos e institucionais. A construção de níveis mais altos de segurança e soberania alimentar depende de uma dupla agenda: recuperar a agricultura do agronegócio e restabelecer a centralidade da boa comida produzida localmente na vida cotidiana.

Portanto, a segurança e soberania alimentar dependem, antes de tudo, da capacidade dos agricultores familiares camponeses de manter sua atividade no longo prazo, o que está relacionado a problemas como acesso à terra, pagamento justo de trabalhadores rurais, remoção do controle sobre alimentos por supermercados e corporações transnacionais, fortalecimento de associações camponesas, etc. difícil questão política (Ioris, 2019). Além disso, a segurança alimentar depende da oferta de um 'prato cheio', não só em quantidade, mas em qualidade (em termos de nutrição, segurança, frescura e de acordo com a cultura local e os desejos autônomos de produtores e consumidores). O prato cheio é, de fato, uma metáfora perfeita da totalidade das relações que sustentam a segurança alimentar. Comida boa é 'só comida', ao invés dos produtos manipulados e comercializados pelas corporações. A segurança alimentar exige repensar a alimentação, visitar a agricultura, o que exige, em última instância, repensar o mundo (Ioris, 2020). Essas duas agendas terão que incorporar diferenças culturais, econômicas, agrárias e tecnológicas, mas em termos gerais a tarefa é semelhante tanto nos países do Norte quanto do Sul Global. No entanto, as partes não ocidentais do mundo parecem ter muito mais a oferecer e muito a ensinar. Este talvez seja o momento de voltar ao bom senso e apreciar a comida como comida.

Essa evidente dicotomia, criada no jogo de poder e por disputas político-econômicas, entre agricultura e agronegócio permeia os diferentes textos desse volume a Revista NERA e, mais importante, os textos oferecem uma reflexão crítica e proposições relevantes para o debate. O primeiro artigo, de Silva e Oliveira, trata da estrangeirização de terras [*land grabbing*] nos Estados Unidos e da reação transnacional dos movimentos sociais. Busca-se entender as reações sociais ao fenômeno, focando na atuação transnacional da US Food Sovereignty Alliance (USFSA). Por meio de uma pesquisa qualitativa em Washington D.C. e entrevistas semiestruturadas com várias organizações, fica demonstrado que a principal razão pela qual os movimentos e organizações cooperam contra a estrangeirização de terras dá-se à necessidade de ação global para fazer frente a adversários também globalizados. O segundo artigo, de Raoul e Almeida, examina a expansão da indústria do eucalipto em Três Lagoas, Mato Grosso do

Sul, por meio da percepção dos moradores das comunidades de Arapuá e Garcias. As plantações de eucalipto têm substituído pastagens degradadas, o que reproduz experiências semelhantes em outras partes do Brasil (como na zona Tocantina do Maranhão, visitada recentemente pelo autor dessas linhas). Criam-se ‘desertos verdes’ com significantes impactos socioespaciais e político-econômicos, particularmente sobre as relações de trabalho. Um dos resultados foi um êxodo rural importante e que afetou a identidade das comunidades, gerando um desequilíbrio ambiental notável. O texto tem uma abordagem teórica e metodológica da geografia humana, que considerou os vários agentes da produção espacial.

O próximo artigo, de Marques e Laschefski, discute a agroecologia como um fenômeno emergente com múltiplas contradições e desafios. O enfoque é a partir dos anos 1960, seguindo a crítica da modernização conservadora da agricultura, quando a agroecologia se deslocou para práticas espaciais insurgentes. Valendo-se de uma análise da literatura especializada, os autores mostram que o principal enfoque abordado é basicamente de cunho técnico-ambiental, revelando assim a compreensão de uma agroecologia débil e despolitizada, que muitas vezes pode se mostrar oposta ao sentido defendido pelos movimentos sociais. É comum a afirmação de uma ‘revolução verde sustentável’, mas nos moldes do agronegócio, o que demonstra ser insuficiente para dar conta de novos e velhos problemas, como no caso da degradação do bioma Amazônico.

O quarto artigo, de Machado e colaboradores, examina a questão do assentado trabalhador canavieiro no Pontal do Paranapanema, em São Paulo, enfatizando a problemática da sua condição de saúde. É notório que o Pontal do Paranapanema seja um território conflituoso composto por terras griladas, o que tem historicamente levado a disputas violentas entre latifundiários, grupos empresariais da agroindústria canavieiro e movimentos de luta pela reforma agrária. Nesse contexto, a colheita da cana-de-açúcar encontra-se em fase avançada de mecanização, o que repercute nas diferentes funções exercidas pelos trabalhadores e nos riscos do ambiente de trabalho. Os resultados da pesquisa de campo demonstram que a mecanização do corte de cana pode ter proporcionado melhoria nas condições de trabalho, porém o trabalho intenso e o ritmo frenético impostos aos trabalhadores, com o intuito de aumentar a produtividade do trabalho, produzem diversos agentes de risco no ambiente laboral.

O quinto texto, de autoria de A. A. Jorge, cuida dos paradigmas geográficos e das políticas públicas para o campo no Governo Bolsonaro. A autora adotou um referencial teórico que dê conta da multidimensionalidade e multiescalaridade do espaço rural, na sua totalidade ontológica. O texto trata de diferentes modelos interpretativos sobre o campo e a agricultura que se manifestam nas ações das instituições e dos governos, influenciando nas políticas públicas e nos territórios materiais. A hegemonia de um paradigma em um governo

faz com que o agronegócio seja priorizado em detrimento da agricultura camponesa. A discussão é sustentada em fontes jornalísticas e documentos públicos, examinadas por perspectiva crítica, buscando contemplar as contradições dos processos estudados. No texto que segue, de Azevedo e colaboradores, são discutidas as novas estratégias político-espaciais em um Brasil politicamente polarizado, com estudo de caso na Feira Agroecológica da Ponta Norte de Brasília. O objetivo principal foi analisar de que modo a criação da Feira Agroecológica da Ponta Norte no Distrito Federal pode ser considerada uma alternativa de transformação de um espaço público em espaço político. Os resultados da pesquisa de campo revelam que a feira vai além de supostas dicotomias urbano-rurais, mas contribui para a produção de espaço profundamente politizado. Os autores demonstram que novas estratégias espaciais de ação em um contexto de extrema polarização apontam para a necessidade de não considerar o espaço como um receptáculo que contém essas ações, mas como seu constituinte, que os qualifica e os preenche de sentido.

O sétimo artigo, de Ule e Rosset, considera o fenômeno da reabilitação e reconstrução do espaço camponês e suas consequências político-espaciais. Após apresentar e problematizar os termos teóricos empregados, os autores examinam as dinâmicas de 'descampesinização' que segue a expansão capitalista, mas também trazem o contraponto do processo de 'recampesinização' levado a campo por famílias e comunidades camponesas. Há um esforço analítico para mostrar a importância dos movimentos socioespaciais no processo de recampesinização. O texto subsequente, de Krajevski, analisa a concentração fundiária no Território da Cidadania Planalto Norte em Santa Catarina no período 2006-2017. Fazendo uso de revisão bibliográfica e documental, são apresentadas as características socioeconômicas e fundiárias de Santa Catarina. A seguir, adota-se uma abordagem crítica para contextualizar a área estudada e examinar os dados da concentração fundiária na região. Os resultados evidenciam a elevação da concentração fundiária nos municípios e as adversidades socioeconômicas existentes na região, como também a necessidade de ações voltadas à redução da concentração fundiária. Finalmente, a contribuição de Cardwell é uma discussão do pensamento agroecológico, comparando o contexto da América Latina e da Inglaterra. O ponto de partida da análise é a reinterpretação crítica e profundamente politizada da concepção de agroecologia convencional, emanada do Norte Global, por estudiosos e agricultores do Sul Global. Nessa linha, a aplicação do pensamento agroecológico latino-americano pode nos dizer muito sobre a dinâmica da situação inglesa, o colonialismo e as barreiras à transição agroecológica.

Boa leitura e boas discussões!

Referências

- DAVIS, J.; GOLDBERG, R. *A Concept of Agribusiness*. Alpine Press: Boston, 1957.
- HARVEY, D. *Seventeen Contradictions and the End of Capitalism*. Profile Books: London, 2014.
- IORIS, A.A.R. *Agribusiness and the Neoliberal Food System in Brazil: Frontiers and Fissures of Agro-neoliberalism*. Routledge: London, 2017.
- IORIS, A.A.R. Interrogating the Advance of Agribusiness in the Amazon: Production, Rent and Politics. *Revista NERA*, ano 21, n. 42, p. 74-97, 2018.
- IORIS, A.A.R. 2019. Peasant Farming in the Southern Tracts of the Amazon: The Reluctant Alterity of Agribusiness. *Perspectives on Global Development and Technology*, v. 18, p. 375-400, 2019.
- IORIS, A.A.R. Controversies around Food Security: Something Difficult to Swallow. DUNCAN, J.; CAROLAN, M.; WISKERKE, J.S.C. (Eds.). *Routledge Handbook of Sustainable and Regenerative Food Systems*. Routledge: Abingdon and New York, 2020. p. 420-435.
- IORIS, A.A.R. (ed.). *Environment and Development: Challenges, Policies and Practices*. Palgrave Macmillan: Basingstoke, 2021.
- IORIS, A.A.R.; FERNANDES, B.M. (Eds.). *Agriculture, Environment and Development: International Perspectives on Water, Land and Politics*. Second edition. Palgrave Macmillan: Basingstoke, 2022.
- MANUEL, G.; POSLUNS, M. *The Fourth World: An Indian Reality*. University of Minnesota Press: Minneapolis and London, 2019 [1974].
- PATEL, R. The Long Green Revolution. *Journal of Peasant Studies*, v. 40, n. 1, p. 1-63, 2013.
- SHIVA, V. *Who Really Feeds the World? The Failures of Agribusiness and the Promise of Agroecology*. North Atlantic Books: Berkeley, 2016.
- Watts, M.J. 2013 [1983]. *Silent Violence: Food, Famine, and Peasantry in Northern Nigeria*. University of Georgia Press: Athens and London.

Sobre o autor

Antônio Augusto Rossotto Ioris – Graduação em Agronomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestrado em Environmental Change and Management (MSc) pela University of Oxford. Mestrado em Research Methods in Human Geography (MRes) pela University of Aberdeen. Doutorado em Geography and Environment (PhD) pela University of Aberdeen. Atualmente é professor na School of Geography and Planning - Cardiff University. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0003-0156-2737>

Como citar este artigo

IORIS, Antônio Augusto Rossotto. Desenvolvimento, Ambiente e Agricultura Capitalista: Uma Reflexão Crítica e Necessária. **Revista NERA**, v. 25, n. 64, p. 8-17, 2022.

Recebido para publicação em 15 de dezembro de 2022.
Aceito a publicação em 19 de dezembro de 2022.
